



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Registado c/ AR

Ex.mo Senhor
Presidente do Conselho de Administração da
Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro
Praça Dr. António Breda, n.º 4
3750-106 Águeda

S/ Referência

S/ Comunicação

N/ Referência

Ofício n.º

2013 DEZ 12
Data

P.º 35/VER/2013

3607/DAJD/2013

Assunto: Confirmação do estatuto de utilidade pública
Despacho n.º 16064/2013, de 4.12.2013, publicado no DR, 2.ª série, n.º 240, de 11.12.2013

Junto remeto cópia do despacho de confirmação do estatuto de utilidade pública proferido pelo Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares no dia 4 de dezembro de 2013, assim como da publicação do mesmo despacho no Diário da República.

Junto ainda a informação dos serviços contendo a análise efetuada, pedindo especial atenção para as recomendações ali formuladas.

Faz-se notar que o regime de utilidade pública das fundações está hoje regulado na Lei-Quadro das Fundações (LQF), aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9.7., caducando a declaração no prazo de cinco anos sobre a data do despacho.

Para além dos deveres gerais de transparência previstos no n.º 1 do artigo 9.º da referida lei, as fundações de utilidade pública devem ainda dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do mesmo artigo e nos artigos 10.º e 11.º da LQF.

Com os melhores cumprimentos

 O Secretário-Geral

José M. Sousa Rego


ANA SASSETTI da MOTA
Directora de Serviços
Assuntos Jurídicos e Documentação

Anexos: Cópia do Despacho do MPAP
Cópia da publicação em DR
Cópia da informação DAJD/279/2013

MJG



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho (extrato) n.º 16062/2013

1 — Por despacho de 15 de novembro de 2013 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos do n.º 5 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, procede-se no quadro de pessoal do Grupo Parlamentar do Partido Socialista à seguinte alteração:

a) São alteradas as seguintes categorias:

Marina Sola Gonçalves — deixa de exercer funções na categoria de assessor parlamentar estagiário e passa a exercer funções na categoria de assessor parlamentar, nível iv.

João Filipe Fernandes Roseta dos Reis — deixa de exercer funções na categoria de assistente parlamentar, nível ii, e passa a exercer funções na categoria de assessor parlamentar, nível iv.

2 — As alterações previstas no número anterior produzem efeitos a partir do dia 1 de dezembro de 2013, inclusive.

2 de dezembro de 2013. — A Secretária-Geral, em substituição, *Ana Leal*.

207440185



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 16063/2013

Cancelamento do estatuto de utilidade pública

A Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Mações de D. Maria, pessoa coletiva n.º 500770867, com sede em Mações de D. Maria, obteve o estatuto de utilidade pública ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, por despacho do Primeiro-Ministro de 17 de julho de 1990, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 174, de 30 de julho de 1990.

Considerando a informação n.º DAJD/905/2013 constante do processo administrativo n.º 51/VER/2013 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 6990/2013, de 21 de maio de 2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2013, e ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, determino a cessação dos efeitos da referida declaração de utilidade pública, sem prejuízo do estatuto que detém enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social.

4 de dezembro de 2013. — O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, *Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes*.

207451963

Despacho n.º 16064/2013

A Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, pessoa coletiva privada n.º 500820171, com sede em Águeda, foi insti-

tuida por testamento. Os estatutos originários foram aprovados por Despacho Ministerial publicado no Diário do Governo, III Série, n.º 195, de 21 de agosto de 1969, tendo obtido então o estatuto de utilidade pública.

Para cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 6.º do diploma preambular da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, veio pedir a confirmação do estatuto de utilidade pública.

Assim, conforme exposto na informação dos serviços DAJD/279/2013 do processo administrativo n.º 35/VER/2013 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 6990/2013, de 21 de maio de 2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2013, confirmo o estatuto de utilidade pública da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, o qual passa a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

4 de dezembro de 2013. — O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, *Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes*.

207451947

Gabinete do Ministro Adjunto
do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 16065/2013

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e da alínea a) do art.º 16, do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero das funções de técnico-especialista do meu Gabinete o licenciado Aníbal Fachada Rodrigues, cargo para o qual havia sido designado pelo despacho n.º 5936/2013, de 17 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 88, de 8 de maio de 2013.



Despacho

A Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, pessoa coletiva privada n.º500820171, com sede em Águeda, foi instituída por testamento. Os estatutos originários foram aprovados por Despacho Ministerial publicado no Diário do Governo, III Série, n.º 195, de 21 de agosto de 1969, tendo obtido então o estatuto de utilidade pública.

Para cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 6.º do diploma preambular da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, veio pedir a confirmação do estatuto de utilidade pública.

Assim, conforme exposto na informação dos serviços DAJD/279/2013 do processo administrativo n.º 35/VER/2013 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 6990/2013, de 21 de maio de 2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2013, confirmo o estatuto de utilidade pública da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, o qual passa a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Assinado de forma digital por
Luís Maria de Barros Serra
Marques Guedes
DN: c=PT, o=Presidência do
Conselho de Ministros,
ou=Gabinete do Ministro da
Presidência e dos Assuntos
Parlamentares, cn=Luís Maria
de Barros Serra Marques
Guedes
Dados: 2013.12.04 14:20:50 Z



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Assinado por José Maria Belo de Sousa Rego
Data: 2013.12.02 16:18:08 +00:00
Motivo: CONCORDO.
Local:

À consideração superior: independentemente da posição adotada relativamente à possibilidade de separar o reconhecimento da atribuição do estatuto de utilidade pública a esta fundação, que não releva para este efeito, parece-me que o pedido pode ser deferido.
29.11.2013

Ana Sasseti da Mota
Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação

Inf. n.º DAJD/279/2013

35/VER/2013

Data: 2013-11-25

Assunto: Pedido de confirmação do estatuto de utilidade pública - proposta de deferimento

1. PEDIDO

Em cumprimento do determinado no n.º 7 do artigo 6.º do diploma preambular da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, a **Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro** apresentou um pedido de confirmação do estatuto de utilidade pública.

2. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE REQUERENTE

A Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, titular do cartão de identificação número 500820171, com sede em Águeda, na Praça Dr. António Breda, com estatutos aprovados por Despacho Ministerial publicado no Diário do Governo, III Série, n.º 195, de 21 de agosto de 1969, foi instituída em execução do testamento de Dionísio Pinheiro. Por declaração do Governo Civil de Aveiro de 5 de julho de 1979 foi *considerada pessoa coletiva de utilidade pública administrativa*.

Respondeu ao censo determinado pela Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro, tendo sido avaliada com uma pontuação de 64,6. Como resultado da avaliação efetuada nesse âmbito, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013, de 8 de março, incluiu-a entre as «Fundações com decisões de manutenção ou sem decisões de alteração» [cfr. alínea xxviii do anexo II].

Aplicando os critérios fixados no artigo 4.º da Lei-Quadro das Fundações (LQF), aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, trata-se de uma fundação privada.

3. ABERTURA DO PROCESSO E DESENVOLVIMENTO DA INSTRUÇÃO

O pedido de confirmação do estatuto de utilidade pública deu entrada na SGPCM no dia 18 de janeiro de 2013, tendo sido atribuído ao processo o n.º 35/VER/2013.

Tendo em conta a vontade expressa no testamento do instituidor, e a evolução conceptual das pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, tornou-se necessário realizar diligências instrutórias junto da Direcção-Geral da Segurança Social e da própria requerente (ofícios números 350/DAJD/2013 e 355/DAJD/2013, ambos de 25 de fevereiro), com vista a determinar o enquadramento jurídico mais adequado a esta fundação. Estava em causa saber se a Fundação, pelos seus fins e atividade



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

efetivamente desenvolvida a título principal, deveria ser classificada como fundação de solidariedade social.

De acordo com a declaração do Governo Civil de Aveiro de 5 de julho de 1979, os estatutos da Fundação foram aprovados por Despacho Ministerial de 5 de maio de 1968, *publicado no Diário do Governo (...) pelo que, nos termos do artigo 416.º do Código Administrativo, a referida Fundação é considerada pessoa coletiva de utilidade pública administrativa.*

O artigo 417.º do Código Administrativo, com a epígrafe (*Aquisição de personalidade jurídica*)¹ previa o reconhecimento automático da utilidade pública das entidades referidas no artigo 416.º do mesmo Código. O Decreto-Lei 460/77, de 7 de novembro, veio introduzir o princípio de que a declaração de utilidade pública deve ser expressamente concedida pelo Governo.

Nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei 460/77 «*As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa são, para efeitos do presente diploma, consideradas como pessoas coletivas de utilidade pública.*» As dúvidas que então se suscitaram sobre a articulação do artigo 417.º do Código Administrativo com o artigo 4.º do diploma de 1977 (*momento da declaração de utilidade pública*), motivaram o Despacho Normativo n.º 51/79, de 28 de fevereiro. À luz do referido despacho, as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa constituídas anteriormente à data da publicação do Decreto-Lei 460/77 (como é o caso), não estavam abrangidas pelo sistema introduzido no n.º 1 do artigo 4.º do referido Decreto-Lei, mas estavam obrigadas a requerer a sua inscrição no registo, como determinado pelo artigo 8.º do Decreto-Lei 460/77, na sua versão original.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, que aprovou o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), veio restringir o conceito de pessoa coletiva de utilidade pública administrativa constante do artigo 416.º do Código Administrativo às instituições assim qualificadas por lei, que foram constituídas com fins diferentes dos atribuídos às IPSS, de que as associações de bombeiros voluntários são exemplo.

Sobre a evolução conceptual das pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, *Manuel de Andrade* ensina «de entre as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa existentes à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 119/83, a lei manda separar dois grupos a que se aplicarão regimes jurídicos diferentes: a) as que pelos seus fins devam ser consideradas IPSS: quanto a estas, deixam de ser pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, e passam a IPSS; as restantes, isto é, as que pelos seus fins não hajam de ser consideradas IPSS: quanto a estas, continuam a ser pessoas coletivas de utilidade pública administrativa», enquadrando-se no regime geral do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, nos termos definidos por este.

Estatuto jurídico da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro

Os resultados das diligências instrutórias efetuadas, permitem apurar:

- a Fundação não está nem nunca esteve registada como IPSS, porque nunca desenvolveu nem desenvolve, a título primário ou mesmo secundário, fins de solidariedade social;
- está inscrita no Registo Comercial de Águeda;
- adequou já os estatutos à LQF²; e
- para além da mera adequação dos estatutos ao regime geral das fundações privadas, a Fundação adaptou/atualizou os fins³ às suas principais valências, nas quais tem muito pouca expressão os seus fins de assistência/solidariedade.

Assim, e em conclusão:

Pelos estatutos originários, a Fundação parecia ser uma IPSS, mas na prática nunca o foi. Os seus fins primários são culturais.

¹ Artigo 417.º: «As associações e institutos referidos no artigo anterior adquirem personalidade jurídica no ato da constituição e são para todos os efeitos reconhecidos desde logo de utilidade pública.»

² No decurso do presente procedimento de confirmação do estatuto de utilidade pública, e em cumprimento da norma transitória do n.º 4 do artigo 6.º da Lei 24/2012, de 9 de julho, a Fundação apresentou uma proposta de modificação de estatutos, cujos pedidos (2) foram autorizados por despachos do MPAP de 9.10.2013 e 13.11.2013 (Cfr. processos 79/FUND/2013 e 149/FUND/2013).

³ As circunstâncias apresentadas pelo conselho de Administração da Fundação para justificar a alteração do fim de construção dos equipamentos (cantina e jardim-escola) expressamente determinados pelo instituidor, foram aceites pela autoridade administrativa competente que autorizou a alteração por despacho de 9.10.2013.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Uma vez que o estatuto de utilidade pública das fundações passou a reger-se pelo artigo 24.º da Lei-Quadro das Fundações, a Fundação requereu a sua confirmação, nos termos da norma transitória do n.º 7 do artigo 6.º da Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, que determina: «No prazo máximo de seis meses após a entrada em vigor da presente lei, as fundações privadas (...) que possuam estatuto de utilidade pública administrativamente atribuído ficam obrigadas a requerer a respetiva confirmação, sob pena da respetiva caducidade.»

Não está isento de dúvidas o entendimento relativamente ao qual a Fundação está abrangida pelo âmbito pessoal de aplicação da referida norma do diploma preambular da LQF, já que se trata de uma fundação que possui estatuto de utilidade pública por reconhecimento normativo (e não por concessão). Ao abrigo do artigo 417.º do Código Administrativo adquiriu personalidade jurídica e a natureza de pessoa coletiva de utilidade pública. A utilidade pública desta fundação é inerente à sua existência de facto e de direito.

Apesar das dúvidas, procede-se à análise do pedido objeto do presente procedimento, de acordo, aliás, com o tratamento aplicado em casos semelhantes.

4. ENQUADRAMENTO JURÍDICO REGIME DE UTILIDADE PÚBLICA DAS FUNDAÇÕES

O regime jurídico de utilidade pública das fundações privadas está hoje contido nos artigos 24.º e 25.º da LQF. Uma vez obtido o estatuto, as fundações passam a estar obrigadas a observar os novos deveres e obrigações fixados nos artigos 9.º, 10.º e 11.º da LQF.

À luz do n.º 1 do artigo 24.º da LQF, as fundações privadas podem adquirir (e, por maioria de razão, manter) o estatuto de utilidade pública verificando-se, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) *Desenvolverem, sem fins lucrativos, atividade relevante em favor da comunidade em áreas de relevo social tais como a promoção da cidadania e dos direitos humanos, a educação, a cultura, a ciência, o desporto, o associativismo jovem, a proteção de crianças, jovens, pessoas idosas, pessoas desfavorecidas, bem como de cidadãos com necessidades especiais, a proteção do consumidor, a proteção do meio ambiente e do património natural, o combate à discriminação baseada no género, raça, etnia, religião ou em qualquer outra forma de discriminação legalmente proibida, a erradicação da pobreza, a promoção da saúde ou do bem-estar físico, a proteção da saúde, a prevenção e controlo da doença, o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento económico e a preservação do património cultural;*
- b) *Estarem regularmente constituídas e regerem-se por estatutos elaborados em conformidade com a lei;*
- c) *Não desenvolverem, a título principal, atividades económicas em concorrência com outras entidades que não possam beneficiar do estatuto de utilidade pública;*
- d) *Possuírem os meios humanos e materiais adequados ao cumprimento dos objetivos estatutários.»*

Novos deveres e obrigações legais:

- **Artigo 9.º (transparência)** - para além dos deveres de transparência fixados no n.º 1 do artigo 9.º a observar pelas fundações em geral, as fundações privadas com estatuto de utilidade pública estão obrigadas a disponibilizar permanentemente na sua página da Internet as seguintes informações:

- a) Descrição do património inicial e, quando for caso disso, do património afeto pela administração direta ou indireta do Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais, outras pessoas da administração autónoma e demais pessoas coletivas públicas;
- b) Montante discriminado dos apoios financeiros recebidos nos últimos três anos da administração direta e indireta do Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais, outras pessoas coletivas da administração autónoma e demais pessoas coletivas públicas. (Cfr. n.º 3 do mesmo artigo).

O incumprimento dos deveres de transparência «impede o acesso a quaisquer apoios financeiros durante o ano económico seguinte àquele em que se verificou o incumprimento e enquanto este durar», conforme n.º 8 do mesmo artigo.

- **Artigo 10.º (limite de despesas próprias)** - o n.º 1 do artigo 10.º da LQF estabelece que «as despesas em pessoal e administração não podem exceder os seguintes limites:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

- a) Quanto às fundações cuja atividade consista predominantemente na concessão de benefícios ou apoios financeiros à comunidade, um décimo dos seus rendimentos anuais, devendo pelo menos dois terços destes ser despendidos na prossecução direta dos fins estatutários;
- b) Quanto às fundações cuja atividade consista predominantemente na sustentação de serviços próprios de prestação à comunidade, dois terços dos seus rendimentos anuais.»

O n.º 2 do referido preceito determina: «O incumprimento reiterado do disposto no número anterior determina a caducidade do estatuto de utilidade pública que lhes tenha sido atribuído.»

5. APLICAÇÃO DOS REQUISITOS E DEMAIS EXIGÊNCIAS LEGAIS À REQUERENTE

5.1. Enquadramento jurídico dos fins e atividades [alínea a)]

Nos termos do testamento e dos estatutos, a Fundação tem por fins:

- a) Cultura;
- b) Instrução;
- c) Assistência.

Atividades

A Fundação realiza o seu fim **cultural**, considerado como principal, na organização, manutenção, conservação e enriquecimento da “Casa Museu” instalada em Águeda, reunindo ali todos os valores artísticos que Dionísio Pinheiro colecionou, e mantinha aquando da sua morte. Anexo à “Casa Museu” têm vindo a ser desenvolvidas atividades culturais, designadamente:

- . Pintura
- . Apresentação de livros
- . Exposições

Realiza os fins de **instrução** com a instituição de prémios com a designação de Dona Alice Cardoso Pinheiro e Dionísio Pinheiro, destinados a premiar anualmente os alunos que, nas escolas do município de Águeda, tenham obtido a mais elevada classificação de acordo com os critérios definidos pelo órgão de Administração da Fundação.

A Fundação realiza os seus fins de **assistência** com a atribuição de bolsas de estudo a alunos do Ensino Superior, prioritariamente naturais de Águeda, cujo agregado familiar apresente dificuldades económicas.

No que respeita a prémios escolares e a bolsas de estudo, apura-se:

- No ano de 2010, e durante 10 meses, foram atribuídas Bolsas de Estudo a 6 alunos *carenciados e de reconhecido mérito*. Foi ainda concedida uma Bolsa de Estudo Específica “Dr. Ferreira Soares” a uma aluna de medicina veterinária.
- Entrega de prémios aos dois melhores alunos das Escolas “Marques de Castilho” e “Adolfo Portela”, no valor de € 1.000,00. Foram premiados 4 alunos. A cada um deles foi ainda atribuída uma medalha de bronze comemorativa da inauguração da Casa Museu.

5.2. Regular constituição e estatutos em conformidade com a lei [alínea b)]

Com estatutos aprovados por Despacho Ministerial publicado no Diário do Governo, III Série, n.º 195, de 21 de agosto de 1969, A Fundação adequou já os estatutos ao regime jurídico hoje em vigor.

5.3. Não desenvolver, a título principal, atividades económicas em concorrência com outras entidades que não possam beneficiar do estatuto de utilidade pública [alínea c)].

A requerente está obrigada, assim como qualquer outra entidade, a observar as regras do ordenamento jus concorrencial.

5.4. Possuir os meios humanos e materiais adequados ao cumprimento dos objetivos estatutários [alínea d)]

Os resultados da análise financeira vertidos no Relatório 710/DAJD/2013 permitem formular um juízo de suficiência económica.

Limite de despesas próprias

As despesas com pessoal e administração **ultrapassaram** em 2012 o limite imposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º da LQF, na qual se enquadra a Fundação em virtude das atividades desenvolvidas. Esta conclusão não representa, contudo, mais do que um exercício destinado a alertar as fundações para o



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

novo regime de despesas próprias, já que só é exigível o respeito de tais limites a partir da gerência de 2013.

Transparência - artigo 9.º

A Fundação tem vindo a cumprir o dever de remessa anual à SGPCM dos relatórios e contas dos exercícios findos. Verifica-se ainda que disponibiliza na sua página da Internet toda a informação que a LQF exige.

6. CONCLUSÃO

A Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro foi instituída por testamento de Dionísio Pinheiro e os seus estatutos foram aprovados por Despacho Ministerial de 5 de maio de 1968. A norma legal ao abrigo da qual adquiriu personalidade jurídica reconheceu-lhe desde logo utilidade pública (artigo 417.º do Código Administrativo). Por força de legislação superveniente aplicável, o seu estatuto de utilidade pública passou a reger-se pelo regime de utilidade pública das fundações de interesse geral, então estabelecido no Decreto-Lei 460/77, de 7 de novembro; o n.º 2 do artigo 1.º considerava-a *como pessoa coletiva de utilidade pública*. O regime jurídico de utilidade pública das fundações está hoje consagrado nos artigos 24.º e 25.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, para o qual a Fundação transitou. Assim, resulta forçoso concluir pela aplicabilidade do n.º 7 do artigo 6.º do diploma preambular da LQF a esta Fundação (o seu estatuto está sujeito a confirmação à luz do novo regime de utilidade pública das fundações).

Analisado o pedido à luz das novas exigências legais, nada parece obstar à requerida confirmação do estatuto de utilidade pública. O processo demonstra suficientemente que Fundação preenche os requisitos imperativos fixados no artigo 24.º da LQF e demais exigências legais em que assenta hoje a concessão/manutenção do estatuto de utilidade pública.

Convém realçar que a instrução do presente procedimento é concluída após conformação dos estatutos com a LQF; a alteração estatutária foi autorizada por despachos de 9.10.2013 e 13.11.2013 do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares.

7. PROPOSTA DE DECISÃO

Termos em que se coloca o processo à consideração superior com proposta de deferimento.

À consideração superior.

A técnica superior

Assinado por MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DE OLIVEIRA
Data: 2013.11.29 18:47:09 +00:00
Motivo:
Local: